

APRESENTAÇÃO

BELO MONTE, CAPITAL DA REPÚBLICA POPULAR DO BRASIL

Por Osmar Moreira (Pós-Crítica – UNEB)

Neste dossiê, vol. 12, n.2, jul./ dez./2022 da *Revista Pontos de Interrogação* do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, acolhemos artigos de pesquisadores (as) consagrados(as), bem como, realizamos entrevistas com personalidades da organização da vida estético-política e da cultura do arquivo e direito à memória, todos(as) mobilizados(as), inspirados (as) através do tema e problemática, a saber, *revisitar Canudos, reinventar o Brasil* ou, ainda, e mais radicalmente, responder a questão, em que medida, após 120 anos de publicação, podemos ler/interpretar *Os Sertões* como profanações da lógica cultural do Ocidente.

Nesse sentido, e como um operador teórico-metodológico, a noção “belo monte” significa: um nome dado a uma experiência socialista, comunitária, concreta, no Brasil, de 1893 a 1897, que foi dizimada, pelo Estado brasileiro, então ocupado pelos latifundiários, ex-escravocratas, e seu Partido Armado, mas “belo monte” é, também, uma espécie de grau zero, um ponto de partida simbólico entranhado/entranhável em séries discursivas de repercussão regional, nacional e internacional, com potência de nos permitir problematizar, dramatizar, politizar as relações entre o “real” (o trabalho cultural do possível quando a questão é/for a guerra e/ou massacre de Canudos) e o imaginário (o consumo “inocente” de representações, também sobre o tema, e seus enquadramentos interpostos pelo ecossistema social), ponto de partida esse, que coloca em movimento a cidade subjetiva de todo e qualquer sujeito, grupo, tribo, nação, despejado de sua língua, cultura, território, do trabalho do si, seja remanescente de/ou em conexão com o “belo monte” e sua rede de leitores, pesquisadores, ativistas, organizadores(as) da vida política que encare essa cena civilizatória brasileira, como um crivo para a vida cosmopolita, isto é, que revise Canudos (belo monte) como um lugar para se pensar o Brasil, como um possível país socialista, e sua miríade de comunas em lugar dos latifúndios. Assim, Belo Monte nos oferece um outro sentido de cosmopolita.

Dito isto, temos no artigo que abre esse dossiê, intitulado “Os Sertões, um olhar sobre seus 120 anos”, da renomada pesquisadora sobre o tema, Walnice Nogueira Galvão, o estudo e a descrição da conjuntura em que foi concebida a obra, bem como da formação do espírito do jornalista e intérprete do Brasil, Euclides da Cunha, para nos oferecer um quadro decisivo das tensões que envolveram a transição do regime monárquico para o republicano, em que o jogo de cena, típico do capitalismo e sua periferia colonizada, deixa pouca margem para o distanciamento crítico, posto que todo o sistema cultural (ciência, moral, arte) além de precário, encontra-se dominado pelo sistema econômico (o estado, como gerente do capital, o discurso econômico, o das mídias, entre outros), ainda assim, foi possível ao espírito euclidiano, não apenas problematizar o aparato científico do seu tempo com a inserção da ambiguidade artística, suas figuras e oximoros; inverter imagens bíblicas, por uma antropomorfização estruturante e afirmando a vida humana sertaneja e sua vinculação visceral com a terra; transformar o discurso histórico numa espécie de crônica da barbárie, mas ainda estabelecer as linhas gerais para a denúncia de um crime do estado brasileiro, suas elites e seu partido armado, contra as populações empobrecidas do sertão de Canudos.

Essa denúncia realizada por Cunha, e identificada por Galvão, é flagrada e levada ao limite em “Convivendo com *Os Sertões*: experiências e reflexões de um estudioso alemão”, Berthold Zilly, que, além de traduzi-lo para esta língua, e com o impacto que isso significa no processo de traduzibilidade e na recepção da comunidade de leitores alemães, submete-o ainda ao crivo de uma “dialética do esclarecimento”, em sua multiplicidade de estudos sobre a obra, mundo a fora, tornando visível o agenciamento de saberes científicos, antropológicos, artísticos, populares, que a obra mobiliza em sua denúncia, filiando-a, assim, aos discursos de cultura e barbárie, típica do nazifascismo do século XX. E vai além: *Os Sertões* é lido como um libelo, um manifesto contra a lógica científica, cultural, artística e religiosa que tomou forma na civilização brasileira, além de um roteiro para o povo brasileiro e seu sistema intelectual fazer um balanço, permanente, de seu processo histórico. Assim, Zilly inspira-nos a dizer sobre *Os Sertões*: um livro grande, entre os grandes, portanto, a exemplo da *Iliada*, o *Paraíso Perdido*, o *Fausto*, *As Veias abertas da América*

Latina, entre outros, que faria um escritor do quilate do argentino Jorge Luis Borges, em entrevista, dizer ter sido o livro que gostaria ter escrito por encontrar ali a dramatização de “a virtude [que] era uma quase impiedade”.

Sendo *Os Sertões* um livro de denúncia de um crime do Estado brasileiro, através de um ensaio complexo e cheio de ambiguidades, e por um autor, que além de jornalista, engenheiro, era também um adido militar, trabalhando com os militares e na cena do crime, teria sido necessário o artigo “Militarismo e pacifismo em Euclides da Cunha: o caso Canudos” de Leopoldo M. Bernucci para colocar no devido lugar as posições e os gestos do autor de *Os Sertões* nessa cena. Apoiando-se em teóricos clássicos e contemporâneos sobre o que é a guerra, suas configurações e tratados explicativos e epistemológicos, conclui-se que no caso de Canudos não houve guerra, pois havia apenas um sujeito beligerante, o exército brasileiro, contra uma população mais ou menos desarmada, mas, sim, houve um massacre, um genocídio. E é nessa chave, que se deve ler o comportamento de Euclides da Cunha. Aliás, não teria sido necessária a sua presença no cotidiano do massacre e suas degolas, com seus registros no campo de batalha, para que Euclides, segundo Bernucci, já fosse um crítico do aparato militar e seus valores, mas ao longo do processo e entre o fim do massacre e o lançamento do livro, 05 anos depois, em 1902, consolida seu julgamento moral do fenômeno na forma dessa denúncia irretocável, para o abalo e assombro da sociedade brasileira.

O trauma, o luto, a melancolia, o impacto do massacre do povo do Belo Monte pelo Estado criminoso brasileiro no espírito de Euclides da Cunha, bem como, no de quem ficou marcado por esses estilhaços, encontra uma bela interpretação nesse artigo “O intricado jogo de rememoração e esquecimento no discurso de Euclides da Cunha sobre a Campanha de Canudos” de Lea Costa Santana Dias. A pesquisadora, a partir de consistente teoria de processos de subjetivação e da memória, espreita e descreve sintomas, afetos, movimentos de reescrita de si e do outro por parte de Euclides da Cunha, em suas cartas, diário, processos de construção de *Os Sertões*, indicando nesse processo interpretativo não apenas um caminho para a leitura da performance do autor e também do narrador em *Os Sertões*, com isso, criando uma multiplicidade de

posições possíveis no ato de leitura, mas vai além disso: vislumbra uma teoria geral da leitura, como economia da memória, do trabalho de si, como herança e partilha da riqueza simbólica, que o trabalho do luto engendraria se a sociedade brasileira tomasse para si essa tarefa cultural reparatória.

Reforçando as linhas gerais para essa tarefa cultural reparatória, temos no artigo “Tragam-me a cabeça de Euclides da Cunha: os impasses da cultura de cancelamento a partir de uma leitura crítica da questão racial em *Os Sertões*”, de Cristiane Costa e Rafaela Gama, um contraponto decisivo não apenas ao cientificismo do século XIX, com suas noções de frenologia e “obsessão por ossadas, crânios, cérebros [...] para comprovar suposta ‘pirâmides das Inteligências’”, para se ler até que ponto Euclides da Cunha fez uso desse aparato, em suas posições e, ao mesmo tempo, em que foi vítima dele, sobretudo ao tratar da questão racial, com inúmeros exemplos de preconceito e racismo em sua obra. Entretanto Costa e Gama, em vez de condená-lo por essas limitações epistemológicas, quase incontornáveis, prefere sugerir e, em alguns momentos, encenar as condições para que leitores e intérpretes se perguntem pelas limitações de seu próprio lugar de leitura, seus dispositivos epistemológicos, sua infraestrutura de produção, o ambiente para o livre exercício do pensamento, entre outros condicionantes, de modo que é culturalmente mais sensível e produtivo a uma sociedade complexa e avançada, como a nossa, e em processo de emancipação colonial, avaliar o tempo da leitura e da produção em Euclides da Cunha, descrevendo seus limites, avanços e recuos, e o que, ainda, extrair daí e reter como valor, do que o mero “cancelamento” ou o que é bem pior, o seu “en-deusamento”, nesses tempos atuais obscuros, de veto ao pensamento paciente e criterioso, permanentemente ameaçado de um colapso hermenêutico.

Inserindo uma outra personagem na cena interpretativa da comuna do Belo Monte, temos o artigo “O Álbum de guerra de Flávio de Barros: da história à memória (1897 – 2002)” do historiador francês Rozeaux Sebastien, em que além de demarcar e descrever o lugar e função da fotografia, ao longo do século XIX, como celebração e discurso de colonizadores e poderosos sobre colonizados e vencidos, explora, também, os “pontos cegos” de fotos emblemáticas de Barros. Entre elas, a de dezenas de conselheiristas, mulheres e crianças,

que se entregam, na esperança de uma trégua, mas flagradas como que adivinhando sua degola coletiva; outra, e única, em primeiro plano, de corpos em pedaços, se confundindo com as ruínas do massacre; e a de conselheiro, corpo exumado, mas cenicamente preparada, para atestar, tanto o contrato moral do fotógrafo, quanto à prova, incontestável, do crime do exército brasileiro, este, até então, com o direito de matar e estar acima da lei. As demais fotos, num conjunto de 69, procura construir o crime como virtude inquebrantável. Esses paradoxos, na leitura de Sebastien, não apenas exprimem uma arma também apontada para a cabeça do fotógrafo, como estivera, também, para a cabeça de Euclides, mas, se bem pensada, e bem estabelecida no processo de nossa leitura, é uma arma-signo para dissecarmos a trama a partir dos “lugares de memória”, em que se expõem essas fotos em seus diversos formatos.

Da crônica da guerra, tal como construída em *Os Sertões*, ao registro fotográfico, como em Barros, temos ainda a multiplicidade de textos jornalísticos, por vários países e em várias línguas, tornando imperecível a imagem do Belo Monte, não apenas como representação, mas como disseminação de uma ideia e de uma práxis. É nesse pegada que Juan Recchia Paez, em “Canudos e a República brasileira na imprensa internacional em 1897” tem mapeado nos últimos anos a recepção das notícias dos confrontos entre conselheiristas e militares, sobretudo os durante a III e IV expedições, em jornais pelo mundo a fora, com destaque para as releituras dos adjetivos atribuídos aos conselheiristas e ao próprio Antônio Conselheiro, tais como “loucos”, “fanáticos”, “monarquistas”, entre outros, por outras imagens destoantes, lidas, assim, por Paez como deslocamentos que mais expõem as elites e seu partido armado do que as massas sertanejas que insistem em não morrer.

E por esse clarão da resistência conselheirista que, um outro Juan, o Ignacio Azpeitia, em “Canudos, uma tocha na América Latina”, não apenas a toma como um paradigma que alimenta o espírito guerreiro do povo das Américas, portuguesa e espanhola, mas também para entendimento sobre a construção de uma lógica da dominação capitalista sobre as Américas, cuja superação dessa lógica, tem no espírito guerreiro a primeira condição. Então, que fazer para se continuar a luta e a revolução permanente?

Em “Ensino de inglês no Brasil sob uma perspectiva antirracista”, por Agnaldo Pedro Santos Filho e Marieli de Jesus Pereira e, num outro artigo, “Como a educação transforma o mundo: em homenagem ao centenário de Paulo”, do historiador chinês Gao Ran, temos, respectivamente, os dispositivos para uma apropriação e inversão do sinal em línguas da dominação a favor da luta dos oprimidos e, em conexão, o corpo a corpo desse oprimido, onde quer que ela exista e enredado não importa em qual dobra e em que lógica de dominação se expresse ou se camufle. Ou seja, não é suficiente o espírito guerrilheiro, a ação sem reflexão e uma língua, mesmo clandestina, que lhe dê forma, mas compete, a cada oprimido, encontrar em seu cotidiano de opressão e miséria, a palavra “geradora” que o permite confrontar o real, atravessar o imaginário que o aliena, e organizar a práxis que o liberte, coletivamente.

E o lugar para o encontro dessa língua comunal, através de uma múltipla materialidade semiótica, é no Parque Estadual de Canudos, conectado a uma série de outros equipamentos culturais, conforme o artigo do pesquisador, gestor e curador das Feiras Literárias Internacionais de Canudos (FLICAN) Luiz Paulo Neiva. Em seu artigo “Canudos, essa história não pode morrer”, além de descrever e historicizar o longo processo de construção do acervo, em vários formatos e envolvendo vários equipamentos, que remonta a meados dos anos 1980, e com sua participação efetiva já no início dos anos 1990, abre, também uma série de ângulos de leitura de signos desses acervos para os milhares de visitantes locais, regionais, nacionais e internacionais, a começar pelas visitas guiadas ao Parque e aos equipamentos, a oferta de oficinas dos signos culturais em feiras literárias, até a parceria com o Departamento de Linguística, Literatura e Artes do Campus II/UNEB de Alagoinhas para, através do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica) formar até 20 doutores(as) que atuem, a partir de 2025, num programa *stricto sensu*, próprio, do Campus Avançado de Canudos, voltados a políticas culturais e políticas educacionais, políticas essas já em fase de exploração de problemáticas, fontes de pesquisa, articulação de redes e formas de intercâmbio e de cooperação nacionais e internacionais, desde o segundo semestre de 2021.

Como imagens desses exercícios e exploração semiológicos, elencamos, aqui, mais dois artigos, “Imagens do sertão: capas e ilustrações nos livros de Paulo Dantas”, da professora permanente do Pós-Crítica Edil Silva Costa, e “Labirinto dos sertões” do professor Francisco Foot Hardman, da Unicamp, e grande parceiro do Pós-Crítica, e também do Campus Avançado de Canudos. No texto de Costa, temos uma espécie de pedagogia de como fazer uma leitura dos sertões, sua gente, seu imaginário, sua potência criativa e formas de resistir, a partir dos textos em superfície (capas de livros, cordéis, desenhos, pinturas, mas também poderiam ser bordados, trançados, entre outros), fazendo emergir da pele das coisas, novos roteiros para mudar o mundo em sua profundidade. Já no texto de Foot, temos também uma espécie de pedagogia de como reunir os vários formatos e roteiros de luta, urbana, camponesas, onde quer que elas estejam ocorrendo, para nosso aprendizado permanente e contra o vírus do conformismo. Assim, o sertão é sempre luz e revolução; nunca problema, sempre a solução.

No último artigo, *Literatura e linguística: signos e paisagens por uma ciência aberta*, procurei demonstrar como através do objeto do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), que é a língua, a literatura e suas relações intersemióticas, sob o crivo de teorias e metateorias múltiplas, não apenas podemos problematizar a dicotomia estruturante do campo linguístico-literário, explorar sua riqueza epistemológica, seu espraiamento por todas as áreas das humanidades, acolher as críticas de todos os domínios que puderam fazer suas viradas linguístico-literárias, e irmos além: contribuir de forma decisiva para o advento de uma ciência aberta, a começar pela semiologia que dá forma à comuna do Belo Monte, como horizonte hermenêutico revolucionário e socialista.

Em seguida, e para encerrarmos esta apresentação, temos três exemplos de como extrairmos as linhas gerais, práticas, para esta ciência aberta, já em movimento há décadas, entre nós, e que têm por inspiração as lutas no contexto do Belo Monte e das revoluções camponesas pelo mundo. Trata-se de duas entrevistas, uma com o Padre Enoque José de Oliveira, líder do movimento histórico de Canudos; outra com Paulo Eduardo Zanettini, arqueólogo que pensou e ajudou a organizar os sítios arqueológicos do Parque Estadual de Canudos, numa virada epistemológica decisiva.

Padre Enoque, em entrevista concedida às doutorandas da Turma Multicampi de Canudos, Lucicleide Guimarães Ribeiro e Alexandra Cardoso da Silva Duarte, diz extrair de sua práxis, no âmbito da Paróquia de Monte Santo e suas instituições, a saber, duas irmandades, um sindicato rural e um hospital - as linhas gerais de sua problematização a essas instituições e seus vínculos com o mandonismo local, o controle dos processos de subjetivação das pessoas e anulação do espírito político do povo, então subalternizado e reduzido a quase farrapos. Dessa problematização, feita, coletivamente, e como tarefa educativa para e com esse povo subalternizado, surgem os conflitos, normais na vida política, mas com consequências dramáticas, que culminam na sua expulsão da paróquia, na permanente ameaças de morte, prisão e seu monitoramento pela ditadura militar, que consumiu o Brasil por 21 anos (1964 – 1985). Todo esse processo não o anula, como sujeito político, antes o fortalece, daí, dedicar-se, inteiramente, à educação popular e à formação de lideranças para o combate permanente contra os grileiros e criminosos que ocupa(va)m as principais instituições (estado, igrejas, escola, e assim por diante). Nada disso teria sido possível, nesses mais de 40 anos de luta permanente, ou seja, problematizar as instituições e organizar e formar lideranças para combatê-las e reeducá-las a favor do povo, se não fosse a extração de uma teoria do próprio processo de luta e de combate, sem negar, claro, inspirações estético-políticas de alto nível, tais como, a obra revolucionária de Antônio Conselheiro, a pedagogia do oprimido, os libelos da teologia da libertação, a obra de Dostoievski, as linhas gerais do materialismo histórico e dialético, tanto na interpretação do Belo Monte, quanto na organização da luta camponesa mundial.

Paulo Eduardo Zanettini, em entrevista concedida a Luiz Paulo Neiva, Diretor do Campus Avançado de Canudos, trata do entusiasmo do jovem arqueólogo de formação uspiana, com prática profissional em arqueologia histórica, que busca além de confrontar achados pós-escavações, ou reunião de fragmentos e restos, com a bibliografia sobre o massacre de Canudos, visando a instalação de sítios arqueológicos bem fundamentados, assim sua maior ambição era a constituição de um ecomuseu, que ligasse, numa perspectiva de longa duração, povos e povoamentos de Canudos ao período colonial, ou mesmo an-

tes da ocupação europeia da América. Sua inspiração para esse trabalho arqueológico quanto para uma sugestão para possível implantação de um curso de arqueologia em Canudos é sempre a Serra da Capivara, Piauí, com seus achados rupestres, que remontam a milênios, além do Museu do Homem Americano, que tem provocado uma reviravolta sobre o que se conhecia, até então, sobre o povoamento humano das Américas. De todo modo, e para pensarmos o Belo Monte, como a capital da república popular do Brasil, a arqueologia, com seu trabalho realizado em Canudos, já trouxe contribuições inestimáveis.

Por fim, a resenha do livro “Jesus militante: evangelho e projeto político do reino de Deus” (Frei Beto, 2022), realizada pelos (a) doutorandos (a) Adilma Nunes Rocha e Otavio de Jesus Assis, destaca a leitura contemporânea de Frei Beto do livro bíblico de Marcos sobre a vida de Jesus de Nazaré, identificando conceitos-chave tais como reino de Deus, lei, semear, pescar, milagre, entre outros, e, nessa leitura esvaziando e revertendo seus sentidos, a partir dos pressupostos da teologia da libertação, esta, por sua vez, insuflada de marxismo e materialismo cultural. Assim, reino de Deus, passa a ser uma batalha histórica pela distribuição da riqueza material e simbólica por quem a produz, a classe trabalhadora, semear, pescar, a ver com formação política, encontros pela democracia e cidadania cultural; milagre, como alteridade e trabalho com o outro; oração, poética por uma vida como obra de arte. Assim, em certa medida, Deus é cada de nós que não se deixa dominar por uma metafísica fascista, diria Peter Sloterdijk.

Aqui, então neste dossiê histórico, os(as) leitores(es) encontrarão os dispositivos para articular a herança generosa do Belo Monte com as lutas do nosso tempo presente por um Brasil socialista, e sua miríade de comunas em lugar dos latifúndios.